

## INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO

*António Avelãs\**

Caros delegados e convidados

Caras delegadas e convidadas,

Eis-nos no fim do nosso 5º Congresso após dois dias de trabalho intenso que, reconhecemos todos, foram úteis e importantes.

É justo que voltemos a agradecer às instituições que, com o seu apoio, o tornaram possível: à Câmara Municipal de Lisboa e à Assembleia Municipal de Lisboa que nos cederam, em condições excecionais, estas instalações; à MGEN, que patrocinou o alojamento dos delegados e convidados; à SABSEG, que nos ofereceu as pastas, além do momento divertido que foi o sorteio dos tablets; à LISTOPSIS que disponibilizou nestas instalações as máquinas que tornaram possível a reprodução rápida dos documentos.

Peço-vos também um aplauso para a equipa do “Comércio Justo” que garantiu o café, os chocolates, as bolachas... Já agora, passem por lá, na Rua Tomás Ribeiro: é uma utopia que vale a pena apoiar!

É justo voltar a agradecer o excelente trabalho dos nossos trabalhadores, antes e durante o Congresso.

A todos, em nome do SPGL, os meus agradecimentos.

Houve quem levantasse muitas dúvidas sobre este nosso Congresso. Diziam alguns que havia um excesso de “conferências” e que não haveria tempo para discutir o que, segundo eles, seriam os temas sindicais e os da ação reivindicativa. Não tinham razão: todos os que se inscreveram- e foram muitos – tiveram tempo para falar, sobre os temas que bem entenderam. Pelo contrário: as excelentes intervenções dos académicos que aceitaram o nosso convite aprofundaram a nossa reflexão sindical. E porque a aprofundaram, criaram as condições para a tornar mais eficaz. Sentimo-nos reconfortados e com mais amor-próprio profissional com a intervenção de Sampaio da Nóvoa, que acentuou a dignidade e o

insubstituível papel dos professores; Carlinda Leite deu-nos sólidos argumentos para defender os 12 anos de escolaridade obrigatória, sem subestimarmos as dificuldades



### Os desafios da docência

perante o recuo dos direitos de cidadania

5 e 6 de fevereiro de 2015  
fórum Lisboa

e os problemas que isso levanta; Manuela Esteves sublinhou que ser professor exige autonomia e responsabilidade, autonomia que não deve ser confundida com a usurpação que deste conceito têm vindo a fazer diferentes governos; Alan Stoleroff mostrou-nos qual a atitude dos professores face aos sindicatos, e mostrou-nos como temos de “nos repensar”. E refira-se também a excelente “apresentação” da nossa camarada inglesa Sara Tomlinson, com uma profundidade política que nos incita a lutar por um mundo diferente.

Foram intervenções que não dificultaram a discussão das questões reivindicativas, antes a facilitaram e aprofundaram. Custou-nos pois ouvir quem as considerou tempo perdido, comparando-as à discussão sobre “o sexo dos anjos” na cercada Constantinopla em 1453! Como se o saber e o agir se opusessem em vez de se interrelacionarem! Felizmente não é esse o pensamento dos sindicatos da FENPROF, como bem o sublinhou Mário Nogueira.

Também os delegados ao Congresso enriqueceram o debate com intervenções, na sua maioria bem estruturadas, que nos deixam contributos importantes para a nossa atividade futura. E porque queremos que este Congresso prolongue a discussão e o debate, quero reafirmar que todas as comunicações aqui produzidas, que nos chegarem de forma escrita ou de forma publicável, serão disponibilizadas na nossa página. A construção de um sindicalismo eficaz e coerente exige uma sólida preparação e informação que oriente a ação reivindicativa. Quanto à sua publicação em papel, teremos de avaliar os custos já que, como sabeis, a economia dos sindicatos não é propriamente de “vacas gordas”.

Outra questão levantada durante a preparação do Congresso foi a das “inerências”. Como nem todos os delegados terão presente esta questão, quero rapidamente explicá-la: os nossos estatutos, quer os atuais quer os anteriores, conferem, naturalmente aos dirigentes o direito a estarem presentes nos congressos pelo facto de serem dirigentes, isto é, “por inerência”. A direção em exercício, eleita antes da revisão dos atuais estatutos, tem uma estrutura muito pesada: quase 300 membros. Isso tem uma explicação: é consequência direta da legislação então em vigor que fazia depender o crédito de horas para trabalho sindical do número de dirigentes que constituíssem uma direção. Não faria sentido que sendo o SPGL indiscutivelmente o maior sindicato de docentes do país, tivesse muito menos créditos que sindicatos quase inexistentes, como aconteceu durante anos. Até porque isso dificultaria o nosso trabalho em prol dos professores e da Educação. Criamos pois uma direção gigantesca. (Um parêntesis, para dizer que entretanto a legislação foi alterada e os atuais estatutos do SPGL consagram uma direção com menos gente...) Ou seja, havia quase 300 “inerências”! E como, muito bem, de resto, os estatutos obrigam a que o número de delegados eleitos nas escolas seja, pelo menos, dois terços do total, teríamos um Congresso com 900 delegados. O que seria manifestamente inoportuno economicamente e, aliás, de pouca operacionalidade. A direção decidiu limitar as inerências a 100 dirigentes e fazer eleger 200 delegados nas escolas. Quero afirmar que nenhum dirigente que pretendeu usar o seu direito de inerência foi impedido de o fazer. Isto só foi possível porque a direção fez questão em eleger nas escolas ou nos agrupamentos eleitorais definidos boa parte dos seus dirigentes. O que é natural: como sabeis, excetuando os aposentados e as duas dirigentes do ensino particular e cooperativo, todos os dirigentes do SPGL estão de facto nas escolas, na sua maioria com horários completos, alguns com umas poucas horas de redução. Para nós, “estar presente nos locais de trabalho” não é um slogan – é a nossa realidade quotidiana, que muito nos enriquece e nobrece. Natural pois que as escolas/agrupamentos elejam como seus representantes ao Congresso quem com eles está no dia a dia escolar – dirigentes do SPGL.

Esta foi portanto uma aposta ganha: garantimos a representatividade das escolas, tornámos o Congresso financeiramente viável e garantimos o direito de inerência a quem o quis usar.

Mas outra batalha ganhámos, e esta de particular importância política: fizemos questão de realizar o nosso 5º Congresso em dias “úteis” da semana: 5ª e 6ª feira, apesar de não ter sido dada “dispensa especial” para os delegados eleitos nele participarem. Disse-nos a DGAP que não havia fundamento legal para a dispensa. Os delegados ao Congresso que fossem delegados ou dirigentes sindicais podiam utilizar os créditos de horas que a legislação lhes concede; mas os restantes tiveram que pedir dispensa ao abrigo do artigo 102 do ECD (falta por tempo de férias) que, como sabeis, depende de autorização da direção dos agrupamentos. Sabemos de vários delegados eleitos a quem tal foi recusado. Apesar de tudo isso, tivemos sempre quórum para os nossos trabalhos! É verdade que não foram sempre os mesmos que estiveram presentes – e isso não é bom. Mas, realizando o nosso Congresso nestes dias da semana, nós quisemos afirmar que a atividade dos sindicatos não é uma coisa menor que tenha de ser feita à custa dos nossos tempos de repouso. Não há sociedade democrática sem sindicatos que funcionem democraticamente. Dar condições legais para que a atividade sindical se exerça é uma questão de respeito pelo nosso trabalho. Desafiámos a legislação. E ganhámos. Há que consolidar a nossa vitória exigindo a alteração da legislação – e nesse sentido aprovámos uma moção que entregaremos à nossa CGTP-IN. Estamos de parabéns.

Aprovamos com uma enorme maioria a Moção de orientação politico-sindical que a direção apresentou e na qual foram incorporadas quase todas as propostas apresentadas pelos delegados, num esforço de coesão entre nós todos. A direção pretendeu com este seu gesto sublinhar o que nos une e não o que aqui e ali nos divide. Temos uma moção, bem estruturada, definindo claramente princípios e exigências reivindicativas, que orientará a atividade da direção que vier a ser eleita no próximo mês de maio. Há que levá-la à prática. Tenho a certeza que a coesão aqui demonstrada resistirá às naturais e legítimas querelas eleitorais. Porque todos nós temos em mãos a construção do futuro. Um futuro onde os professores, motivados e dignificados, ajudarão a construir uma sociedade de igualdades, onde cada homem seja o centro das preocupações e das medidas políticas. Um futuro onde cada criança tenha pleno sentido. Onde a Educação de Qualidade para Todos seja uma realidade e não apenas um desejo!

Vivam os professores!

Viva o SPGL!

Viva a FENPROF!

\* Presidente da Direção do SPGL